

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.328.758 - SP (2018/0178190-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : DARMA PROMOTORA DE VENDAS LTDA
ADVOGADOS : MARCIO SOCORRO POLLET - SP156299
FELIPE RICETTI MARQUES - SP200760B
AGRAVADO : UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO
MEDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADOS : RENATA DE LARA RIBEIRO BUCCI - SP224034
BIANCA MACIEL REZENDE PIMENTEL - SP389100

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por DARMA PROMOTORA DE VENDAS LTDA em face de decisão que inadmitiu o recurso especial.

Na origem, trata-se de agravo de instrumento, interposto no bojo de execução de título extrajudicial promovida pela agravante em desfavor de UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, contra a decisão que indeferiu pedido de citação, na qualidade de responsáveis solidárias, da CENTRAL NACIONAL UNIMED e da UNIMED DO BRASIL.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento ao agravo de instrumento, em acórdão com a seguinte ementa (e-STJ, fls. 75):

CORRETAGEM DE PLANOS DE SAÚDE - IMPOSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO DO POLO PASSIVO - EMPRESAS NÃO PARTÍCIPES DA CONTRATAÇÃO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA NÃO RECONHECIDA - PRECEDENTE DO STJ - DECISÃO MANTIDA - AGRAVO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 160/162).

Inconformada, DARMA PROMOTORA DE VENDAS LTDA interpôs recurso especial, com fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF, por violação dos arts. 1.022 do CPC/2015; 264, 275, 982, 1.093, 1.096 e 1.022, todos do Código Civil.

Aduziu, em síntese, **(1) a negativa de prestação jurisdicional** por omissão no julgamento dos embargos de declaração, que tinham a finalidade de prequestionamento dos arts 264, 275, 982, 1.093, 1.096, 1.016 e 1.022 do CC/02, e 113, *caput* e inciso I; e 318, *caput* e parágrafo único, do CPC/2015; e **(2) a possibilidade de inclusão de CENTRAL NACIONAL UNIMED e UNIMED DO BRASIL no polo passivo da execução**, em razão da existência de grupo econômico entre essas sociedades e a recorrida, o que faz surgir a responsabilidade solidária pelo adimplemento da dívida.

Em juízo prévio de admissibilidade, o apelo nobre foi inadmitido. Daí o presente agravo visando destrancar aquela insurgência.

Sem impugnação, ascenderam os autos a esta Corte Superior.

É o relatório.

Decido.

Conheço do agravo e passo à apreciação do recurso especial.

A irresignação não merece prosperar.

1. No que pertine à alega negativa de prestação jurisdicional, a Corte estadual assim dirimiu a controvérsia (e-STJ, 161-162):

Com efeito, os Declaratórios não merecem acatamento; embarcam na conhecida nau dos que querem o brandimento deste recurso para reapreciação da prova - já que toda a gama de alegações dos Embargos se pronuncia nesse sentido, a revisão do julgamento, inexistente contrariedade ou obscuridade ou omissão, e tudo apreciado à luz da prova, e analisados todos os aspectos da perlanga - pelo que a irresignação não merece acatamento, nem obrigado o Aresto a dissecar um a um os argumentos aduzidos pelo insurgente.

Ora, o contrato que dá lastro ao litígio fora elaborado com a Agravada, sendo ela a única responsável para responder por seu descumprimento (fls. 16/20 e 69). A mera relação de intercâmbio entre as diferentes empresas de um só sistema é insuficiente para fazer exsurgir a contratação inexistente. Sabe-se que são empresas distintas, com área de atuação não coincidente, com Quadro Associativo diverso, dirigentes também diversos e regulamentação fiscal e administrativa escoteira; aspectos esses que revelam da manifesta dissociação dentre todas, para fins de responsabilização; não se olvidando que a colaboração recíproca entre as UNIMEDS fora estabelecida somente no que tange à portabilidade da carteira de clientes da UNIMED PAULISTANA, após a decretação de sua liquidação extrajudicial (fls. 45/60).

No mais, todas as questões do feito foram enfrentadas pelo V. Acórdão; lembrar sempre: DE MINIMUS NON CURAT PRAETORIS.

Cuida-se, pois, e repita-se, de malgrado interesse em ver reexaminada, de forma contrária ao C.P.C. - que não é uma inutilidade - o contexto probante dos autos.

Alfim, notar que nem se tornava necessária interposição para fins do prequestionamento:

"O prequestionamento para o RE não reclama que o preceito constitucional invocado pelo recorrente tenha sido explicitamente referido pelo acórdão, mas, sim, que se tenha versado inequivocamente a matéria objeto da norma que nele se contenha." (in DJU I, n. 114, de 18.6.93, p. 12.114)" (STF - RE nº 141.788, Rei. Min. Sepúlveda Pertence).

FICAM REJEITADOS os Embargos.

Da leitura do trecho acima, verifica-se que o acórdão recorrido está suficientemente fundamentado, não havendo omissão no julgamento dos embargos de declaração.

Com efeito, não há falar-se em negativa de prestação jurisdicional quando o acórdão abordou as questões controvertidas, embora de forma contrária à pretensão da recorrente, razão pela qual não houve violação das disposições do art. 1.022 do CPC/2015. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO DE EXTINÇÃO DE USUFRUTO. 1. NEGATIVA DE
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2.
CERCEAMENTO DE DEFESA. SUFICIÊNCIA DE PROVAS
ATESTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. LIVRE

CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 3. AUSÊNCIA DE CULPA OU IRREGULARIDADE POR PARTE DA USUFRUTUÁRIA/RECORRIDA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não ficou caracterizada a violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

[...]

(AgInt no AREsp 1.158.294/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 15/12/2017, sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação dos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio - tal como lhe foram postas e submetidas -, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

[...]

(AgInt no AREsp 1.163.849/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 6/3/2018, sem destaque no original)

2. Quanto à apontada configuração de grupo econômico, o Tribunal estadual concluiu ser nítida a ilegitimidade passiva tanto de CENTRAL NACIONAL UNIMED e UNIMED DO BRASIL para integrar a execução, na qualidade de responsáveis solidárias pelo crédito oriundo da prestação de serviços de corretagem para a venda de planos de saúde contratados por UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, sob os seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 76 - grifos nossos):

Com efeito, o agravo não merece prosperar; a meu modesto sentir, é nítida a ilegitimidade passiva da UNIMED CENTRAL, assim como da UNIMED DO BRASIL para integrar a lide, **uma vez que o contrato fora elaborado com a Agravada.**

Não existe senão mera relação de intercâmbio entre as diferentes empresas de um só sistema, o que é insuficiente, na obscura visão desta Tenção, para fazer exsurgir a contratação inexistente. Sabe-se que são empresas distintas, com área de atuação não coincidente, com Quadro Associativo diverso, dirigentes também diversos e regulamentação fiscal e administrativa escoteira; aspectos esses que revelam da manifesta dissociação dentre todas, para fins de responsabilização.

E se o Contrato foi celebrado alhures, como exigir da UNIMED CENTRAL e da UNIMED DO BRASIL a sabença dos termos contratuais lá avençados?

Como criar um liame contratual onde ele não existe?

Não me parece justo, ROGATA VENIA, apenar empresas, não participe da contratação, como bem fundamentado pela decisão de Primeira Instância.

Ademais, essa questão já foi enfrentada pelo Magnífico SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA; o Recurso Especial nº 1.140.187-PR, relatado pelo eminente MASSAMI UYEDA, entendeu que a Unimed Nacional não era solidária da Unimed Curitiba.

O Tribunal *a quo*, portanto, considerou inexistente disposição legal ou contratual a embasar a pretendida solidariedade passiva na obrigação. Tal entendimento está expresso no art. 265 do Código Civil: *A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.*

Afirmou, ademais, que não estaria configurada, na hipótese, um grupo econômico.

Assim, como a pretensão recursal está amparada em premissa fática contrária, isto é, de que existe grupo econômico, é de rigor a aplicação da Súmula nº 7 do STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.* Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. INVOCAÇÃO DE SUCESSÃO EMPRESARIAL. PEDIDO PARA SE ALCANÇAR O PATRIMÔNIO DE TERCEIRO QUE NÃO A PESSOA JURÍDICA EXECUTADA. PEDIDO INDEFERIDO. PRECLUSÃO. NOVO PEDIDO. INADMITIDO. DIVERGÊNCIA DAS PREMISSAS FÁTICAS ADOTADAS NA DECISÃO COLEGIADA RECORRIDA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO DE SÚMULA 7/STJ. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MULTA DO ART. 1.026, §2º, CPC/2015. RECURSO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AFASTAMENTO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A pretensão recursal apresenta narrativa dos atos processuais passados na instância ordinária conflitante com aquela adotada no v. acórdão recorrido. O reexame da questão importaria o revolvimento das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

2. A subsistência de fundamento inatado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF.

3. Nos termos da jurisprudência prevalecente no STJ, o exercício regular do direito constitucional de recorrer não enseja condenação às penalidades por litigância de má-fé e multa, sendo de se afastar a sanção aplicada na hipótese dos autos.

4. Agravo interno parcialmente provido.

(AgInt no AREsp 1243285/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

3. Do exposto, conheço do agravo, para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, uma vez que são inaplicáveis ao caso concreto.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

